

**EXMO.SR.DR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL,  
CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPIRACA, AL**

**OLIVAL FRANCISCO DA SILVA e LOURDES DE ARAUJO SILVA**, brasileiros, casados, agricultores, ele, portador do CPF 295.945.614-91, RG 560.551 SSP/AL., ela, portadora do CPF de nº 527.707.374-49, CTPS Nº 007546, Série 00005-AL., residentes e domiciliados na Rua São Pedro, nº 10, Povoado Folha Miúda, Craíbas, AL., por sua advogada infrafirmada, Legalmente constituída, conforme instrumento procuratório em anexo, (doc.01), com escritório Jurídico na Rua Sandoval Arroxelas, Nº 10, Ponta Verde, Maceió, AL., onde recebe intimações, vêm a presença de V.Exa., Requerer **AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**, fulcrado na Lei 6.194/74, c/c lei 9.099/95 em seu Art.3º, II c/c Art.275,II,"d" do CPC., contra a **KYOEI DO BRASIL, COMPANHIA DE SEGUROS**, com endereço na Av. Paulista, nº 475, 2º Andar, Bela Vista, São Paulo, SP., CEP 01311-908, pelos fatos adiante aduzidos:

**1-DOS FATOS:**

I – A filha dos requerentes, ANA RODRIGUES DA SILVA, faleceu em decorrência de Acidente de Trânsito, (docs. 02,03 e 04), tendo recebido como indenização um valor inferior ao que determina a lei 6.194/74, que rege a liberação do Seguro Obrigatório, como faz prova o incluso documento, (doc.05);

Entretanto, e como apontado na inclusa Tabela de Discriminação de Cálculos, receberam os autores, 25,98 (vinte e cinco vírgula noventa e oito) salários mínimos, portanto, inferior ao valor fixado pela lei 6.194/74, razão pela qual é proposta a presente, para pleitear a diferença existente entre o valor recebido e o devido, Vejamos,

“Competência – foro – Seguro Obrigatório- Responsabilidade Civil- Reparação de Dano, decorrente de Acidente de Trânsito-Prevalência do foro do domicílio do autor ou do local do fato, Art.100,V, Par. único do Código de Processo Civil – Admissibilidade – Ausência de fundamento para de deslocar a competência até mesmo em face da natureza Social do Seguro DPVAT e a existência de relação de consumo - Recurso improvido - Exceção de incompetência Rejeitada” Recurso”: Processo: 985429- Relator : Paulo Roberto de Santana, Orgão Julgador:4º Câmara.

#### **- DA NÃO PRESCRIÇÃO:**

O Art. 6º do Decreto-Lei nº 4.657/1942, “INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL” reza que “A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada;” entendimento contrário vai de encontro ao Artigo 5º, XXXVI da nossa CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, que reza: “A LEI NÃO PREJUDICARÁ O DIREITO ADQUIRIDO, O ATO JURÍDICO PERFEITO E A COISA JULGADA”

ÍNCILITO JULGADOR, O PRESENTE CASO ACONTECEU EM DATA DE 20/12/04, QUANDO OS REQUERENTES RECEBERAM PARTE DA INDENIZAÇÃO PELA MORTE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO DE SUA FILHA ANA RUDRIGUES DA SILVA, CUJA LEI EM VIGOR ERA A LEI 6.194/74. E O CÓDIGO CIVIL DE 01/2003, O QUAL ESTABELECE A PRESCRIÇÃO APÓS TRÊS ANOS, ORA, SE O PAGAMENTO DO SINISTRO DA FILHA DOS REQUERENTES FOI PAGO EM 12/2004, É ÓBVIO QUE SÓ À PARTIR DAÍ FOI QUE GEROU DIREITOS DE COBRAR A DIFERENÇA DE UM PAGAMENTO FEITO À MENOS, POIS QUANDO A FILHA DOS REQUERENTES FALECEU, ESTES NÃO IRIAM ADVINHAR QUE A SEGURADORA IRIA PAGAR À MENOS, PORTANTO, O DIREITO DE COBRAR FOI GERADO, QUANDO DO PAGAMENTO INSUFICIENTE PELA SEGURADORA. SE UMA LEI NOVA SURTIU EM 2007, ESTA NÃO TERIA FORÇA DE MODIFICAR UM ATO JURÍDICO PERFEITO, UM DIREITO ADQUIRIDO, CONFORME ARTIGO CONSTITUCIONAL ACIMA CITADO.

Vejamos o que diz NELSON NERY JUNIOR à respeito do direito adquirido: "São direitos que o titular ou alguém que por ele possa exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo prefixado ou condição preestabelecida; inalterável ao arbítrio de outrem".(in op.cit.,p.22), desta forma poderiam os requerentes exercerem o seu direito até a data de 30/12/2007, quando completaria TRÊS ANOS;

## II- DO DIREITO

Como suscitado anteriormente a questio debeatut pode ser sintetizada na discussão sobre a possibilidade da fixação do valor de indenização do seguro obrigatório resultar de vontade das partes, em desacordo com o estabelecido legalmente.

Para tanto, mister analisar a natureza do seguro obrigatório, de fato e como ensina Elcir Castello Branco, o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil" LEUD. 1976,p.4.

Assim os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do Seguro Obrigatório de responsabilidade Civil e sua interpretação Jurisprudencial, RT.p.205,

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema "É caracterizado como uma interferência do Poder Público na liberdade das pessoas com o objetivo de proteger as vítimas de acidente nas atividades que considerou de extremo perigo como ad exemplum, a condução de veículos automotores,"

E, por esta razão de ordem pública que a lei 6.194/74, regulamentou inclusive o valor da indenização no caso de morte estabelecendo em seu artigo 3º, alínea"a" (doc.07);

"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º (seguro obrigatório) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, no valor que se seguem, por pessoa vitimada) 40(quarenta) vezes o valor do salário mínimo vigente no país, no caso de morte";

Resta Claro que fazem jus os requerentes, a diferença existente entre o valor recebido 25,98(vinte e cinco vírgula noventa e oito) salários mínimos, e o valor devido (40 salários mínimos), devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescido de juros moratórios.

ANTE O EXPOSTO, requerem a V.Exa., o deferimento e a procedência da presente, a citação da requerida: **KYOEI DO BRASIL, COMPANHIA DE SEGUROS**, com endereço na Av. Paulista, nº 475, 2º Andar, Bela Vista, São Paulo, SP., CEP 01311-908, na pessoa de seu representante legal, para querendo contestar, sob pena de revelia e confissão, acompanhando o feito em todos seus ulteriores atos até final decisão, que haverá por condená-la no quanto segue:

A – O Pagamento da diferença existente entre o valor recebido pelos autores, 25,98(vinte e cinco vírgula noventa e oito) salários mínimos, e o valor devido (40 salários mínimos), determinado pela lei nº 6194/74, devidamente atualizado até o efetivo pagamento, assim considerando, 14,02 (Catorze vírgula zero dois) salários mínimos vigentes à época em que for quitado, devidamente corrigidos e com a incidência de juros moratórios, observada a opção dos autores quanto ao ajuizamento da presente ação;

B - Honorários de advogados fixados em 20% (vinte por cento), do valor da condenação em caso da requerida recorrer da decisão de 1º Grau.

Damos a Causa, o valor de R\$ 4.000,00(quatro mil reais)para efeitos fiscais.

Termos em que,  
pede e espera deferimento.

Arapiraca, AL., 09 de maio de 2007.

  
MARIA DE LOURDES DE ARAUJO PINHEIRO  
ADVOGADA OAB/AL. 3918

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## 3º Cartório de Notas de Arapiraca - AL.

Maria de Lourdes Melo

Tabeliã

Claudia M. de Melo Lima Neves

Tabeliã Substituta

Livro n.º 241

Folha(s) n.º 04

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ(EM) passar Olival Francisco da Silva e sua esposa, na forma abaixo.

SAIBAM os que este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e quatro (2004) aos dezessete (17) dias do mês de junho nesta cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, à rua Estudante José, de Oliveira Leite, 150, em Cartório, perante mim, Tabeliã Maria de Lourdes Melo compareceu como outorgante(s) Olival Francisco da Silva, RG n.º 560.551-AL e CPF n.º 295.945.614-91 e sua esposa Lourdes de Araujo Silva, CTPS n.º 007546 série 00005-AL e CPF n.º 527.707.374-49,, brasileiros, casados, agricultores, residentes na rua São Pedro, 10, Povoado Folha Miúda, município de Craibas – Alagoas, maiores e capazes; reconhecido(a, os, as) como o(a, os, as) próprio(a, os, as), por mim Tabeliã do 3º Ofício e pelas testemunhas no fim assinadas, minhas conhecidas, dou fê; perante as quais por ele (a, es, as) me foi dito que, por este Público instrumento, e nos termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador(a) Maria de Lourdes de Araújo Pinheiro, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/AL sob n.º 3918 e CPF n.º 164.168.134-91, residente na rua Sandoval Arroxelas, 10, Ponta Verde, Maceió –AL, a quem outorga poderes gerais e especiais para requerer e receber seguro DPVAT, junto a Seguradora Bradesco Seguros, Companhia Excelsior de Seguros, INTERBRAZIL Seguradora S/A, Porto Seguros e/ou qualquer outra seguradora, a qual tem direito no seguro de sua filha Ana Rodrigues da Silva, falecida no dia 17.05.2004. Podendo dita procuradora assinar quaisquer documentos necessários, receber e dar quitação, representar o (a) outorgante em quaisquer repartições públicas em geral e companhias de Seguros, receber indenização ou seguro geral em dinheiro ou cheques, assinando e endossando cheques, e assinar o que for preciso, apresentar documentos exigidos, prestar informações solicitadas, receber ordem de pagamento no Banco do Brasil agência 3179-8, assinar ficha de requerimentos e autorização de pagamento/ crédito de indenização de sinistro DPVAT, com poderes da cláusula ad judícia para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor e variar de ações, agir, transigir, concordar, discordar, requerendo e assinando tudo que for preciso e tudo mais praticar para o fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer. E de como assim o disse do que, dou fê, lhe fiz este instrumento, que lido e achado conforme assina com as testemunhas abaixo que são: Moacir Alves Bezerra e Margarida de Macedo Fernandes, pessoas idôneas residentes nesta cidade e minhas conhecidas. Assinando a rôgo dos outorgantes Sebastiana Maria Lima e Danielle Maria Melo Nunes Silva, deixando aqueles as impressões digitais do polegar direito Eu, Maria de Lourdes Melo, tabeliã pública a fiz digitar, conferi e assino. Sebastiana Maria Lima e Danielle Maria Melo Nunes Silva- Moacir Alves Bezerra - Margarida de Macedo Fernandes - Maria de Lourdes Melo. Nada mais continha em dita procuração que bem e fielmente trasladei do meu livro de notas, está igual com o original, dou fê, e assino em público e raso.

Em Testemunho \_\_\_\_\_ de Verdade.

Tabeliã



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## REGISTRO CIVIL



Firma  
no II Cartório de Notas  
Pua Domingos de Moraes, 1789  
Estação Vila Mariana (metrô)  
São Paulo

ESTADO DE: AlagoasMUNICÍPIO DE: ArapiracaDISTRITO DE: Arapiraca

1º Tabelião de Notas

Cartório Rolim - Sorocaba (SP)

Emygdio Carlos Paschoalotti

## CERTIDÃO DE ÓBITO

1º Tabelião

Eu, Laurinete Tavares Valeriano oficial do

REGISTRO CIVIL, em virtude da lei, etc.

Certifico que às fls. 128 do livro "C" 14 sob o número 15065 de Registro de Óbitos, consta o assento deAna Rodrigues da Silva falecida no dia 17 de maio de 2004, às 00:30 horas, em via pública Folha Múda, desta cidade.do sexo feminino de cor pardaprofissão feirante natural de Arapiracadomiciliada em Folha Múda, desta cidadecom 27 anos de idade, Estado Civil solteirafilha de Olival Francisco da Silvaprofissão --- natural de ---e residente em ---e de Luiz Rodrigues da Silvaprofissão --- natural de ---e residente em ---Foi declarante Rui Jorge Honorio Bentosendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. Guilherme Pava Lopesque deu como "causa mortis" Traumatismo crânio efalco, instrumento contundente.e sepultamento foi feito no Cemitério de CrabasOBSERVAÇÕES: era solteira, não deixava bens

O Referido é verdade e dou fé.

VALIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICIDADE

REGISTRO DO REGISTRO CIVIL  
Laurinete Tavares Valeriano  
Arapiraca

18 de maio de 2004

0800

TR. 277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS  
 30/12/2004 12.10.09 3179-19557 5398005 0113  
 9996-1 29594561491 OLIVAL FRANCISCO DA SILVA  
 FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE  
 VALOR CPMF.....: 12,83  
 VALOR A PAGAR.....: 3.364,17

TR. 277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS  
 30/12/2004 12.12.46 3179-19557 5398005 0114  
 9996-1 52770737449 LOORDES DE ARAUJO SILVA  
 FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE  
 VALOR CPMF.....: 12,83  
 VALOR A PAGAR.....: 3.364,10



TR.277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS  
30/12/2004 12.10.09 3179-19557 5398005 0113  
9996-1 29594561491 OLIVAL FRANCISCO DA SILVA  
FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE  
VALOR CPMF..... 12,83  
VALOR A PAGAR..... 3.364,17

TR.277 - PAGAMENTO POR CONTA DE TERCEIROS  
30/12/2004 12.12.46 3179-19557 5398005 0114  
9996-1 52770737449 LOURDES DE ARAUJO SILVA  
FONTE PAGADORA: FEDERACAO NAC EMPRESAS DE  
VALOR CPMF..... 12,83  
VALOR A PAGAR..... 3.364,18